

A influência das redes nas organizações e na sociedade: um ensaio de interpretação

RONALDO RAEMY RANGEL - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (IDE)
ANGELO PALMISANO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
FABIANA PEREIRA PINHEIRO - FACULDADE CASPER LIBERO

RESUMO

As redes sociais são, hoje, parte de uma nova dinâmica de atuação da sociedade frente aos impactos sociais, ambientais, políticos e econômicos com os quais convivem, sendo que, visto a sua relevância, existe atualmente um rico debate sobre as suas implicações. O ensaio aqui apresentado pretende contribuir com tal discussão, objetivando verificar se as redes, como instância de inserção autônoma, são de fato capazes de influenciar a sociedade na qual se inserem.

Palavras-chave: Redes; Sociedade; Fenômeno social; Imersão.

ABSTRACT

Social networks are today part of a new dynamics of society's in front of the social, environmental, political and economic impacts with which is the forced to share, and, given its relevance, there is currently a rich debate about its implications. The essay presented here intends to contribute to such discussion in order to verify if Networks as an instance of autonomous insertion is in fact able to influence the society in which it is inserted.

Keywords: Networks; Society; Social Phenomena; Immersion.

INTRODUÇÃO

No site da PUC do Paraná, encontra-se o texto “Orientações sobre a produção do Ensaio Científico”, o qual relata o seguinte: “Data de 1 de março de 1580, o primeiro livro intitulado Ensaio, de Montaigne. Nele, o autor explica que pretende deixar ali traços de seu caráter e de suas ideias...” (PUCPR). Baseada no breve histórico, a universidade define ensaio como “um texto marcado pelo caráter crítico e pela forma pessoal como aborda uma temática científica” (PUCPR).

Destaque-se que o site da Universidade de São Paulo (USP) apresenta o ensaio acadêmico como um gênero textual que expõe “ideia e pontos de vista do autor sobre determinado tema” (USP), sendo que os argumentos apontados devem, na medida do possível, ser apresentados com “base em pesquisa referencial – ou seja, o que outras pessoas também dizem sobre aquilo”.

São nesses válidos termos que o artigo aqui apresentado deve ser entendido. Trata-se de um ensaio ou de um arrazoado de ideias preliminares e não conclusas dos autores sobre a temática das redes. Entretanto, diferentemente do que conceitua a Pontifícia Universida-

de Católica do Paraná (PUCPR), o presente texto não tem caráter crítico, pelo contrário, corresponde tão somente a uma primeira aproximação do tema, tratando-se, portanto, e em verdade, de um ensaio de interpretação.

Há um texto de José Bittencourt (2001) que conceitua o ensaio de interpretação, citando o uso em análise de acervos: “[...] o tempo tornado espaço, o espaço tornado instrumento de demonstração de uma ordem natural, e a ordem interpretada por intermédio de indícios” (BITTENCOURT, 2001, p. 156). Assim, reafirmamos que o nosso ensaio tem como única pretensão identificar indícios para firmar entendimentos que possam embasar outros e futuros estudos relacionados às redes comunitárias que se organizam para suprir falhas das organizações públicas.

A TEMÁTICA DE INTERESSE

Um dos conceitos mais amplamente tratados na literatura recente é o de rede, entretanto, a sua conceituação é muito diversa para cada uma das diferentes áreas do conhecimento, sendo que todas oferecem contribuições para a sua compreensão em sentido geral.

Nas ciências exatas e engenharias, por exemplo, o termo rede tem sido empregado como constructo operacional que, via de regra, contribui para projetos impactantes na sociedade como as redes de telecomunicações, a internet e, até mesmo, redes de serviços públicos (CASTELLS, 2000).

Já no campo da administração de empresas, a rede geralmente é definida como um fenômeno que traduz a complexidade das organizações atuais, incorporando estilos de gestão mais flexíveis que se valem das tecnologias, com o objetivo de atingir a maior participação e envolvimento das equipes e pessoas (MIGUELETTO, 2001).

Por outro lado, segundo Fleury e Ouverney (2007), na psicologia social, por exemplo, o conceito de rede tem sido utilizado para definir o universo relacional de um indivíduo, ou seja, o conjunto de relações e estruturas de apoio socioafetivo de cada um. Já na sociologia, para os mesmos autores, o estudo das redes diz respeito aos movimentos sociais que integram atores diversos, articulando o local e o global, assim como o particular e o universal (FLEURY; OUVERNEY, 2007).

Há, ainda, o conceito de “redes políticas”, no qual atores que compartilham interesses comuns em relação a determinadas políticas mantêm laços não hierárquicos, porém, estáveis, pois entendem que a cooperação é a melhor forma de alcançar metas compartilhadas, suprindo a ausência do Estado (FLEURY, 2005).

Pelo exposto, percebe-se que “rede”, enquanto conceito, tem sentido lato e está incorporada na vasta malha das relações sociais, quer seja de produção, de política ou, simplesmente, de interesse social, deixando, de modo gradativo, de ser mera preocupação dos estudos acadêmicos para representar uma prática cada vez mais adotada pela sociedade, influenciando as organizações empresariais, assim como as instâncias públicas, chegando a afetar, de forma relevante, diversas das atividades e funções.

AS REDES E A METAMORFOSE DA ORGANIZAÇÃO E DA SOCIEDADE

Sabe-se que múltiplos aspectos externos afetam as organizações por fatores que podem ser classificados, por exemplo, como tecnológicos, econômicos, políticos, demográficos, sociais, culturais, legais, ecológicos, éticos etc. Sabe-se, também, que cada organização opera em um ambiente que lhe é específico, o que depende da estrutura do setor em que atua e da dimensão do mercado relevante (em termos geográficos ou de produto), sendo, inclusive, que Bowditch e Buono (1991) atestam que tal ambiente específico (ou como nomeiam: direto) contém públicos relevantes externos que devem ser observados e acompanhados.

A dinâmica das transformações atuais e a complexidade dos ambientes competitivos geram uma série de novas experiências no espaço das organizações, da vida social e política. Pode-se citar, por exemplo, a relativa e recente transição de um sistema organizacional hierarquizado para um regime de produção flexível e não hierárquico no qual os processos de gestão são inteiramente novos e onde a colaboração e as alianças passam a ser fonte de vantagem competitiva.

No contexto socioeconômico, o mundo também vivencia profundas transformações, especialmente com a revolução das tecnologias da informação e do conhecimento, gerando o fenômeno da virtualização da relações, as quais não se tratam apenas do aspecto da conectividade por intermédio da internet ou geradas por outras ferramentas de tecnologia da informação, mas do deslocamento dos processos produtivos tradicionais para atividades intensivas em informação, automação e uso de meios digitais que está sendo conceituada como “indústria 4.0”, com uma nova forma de se produzir e fazer negócios.

Nessa conjuntura, há também uma mudança do referencial de espaço e de tempo do conjunto das atividades econômicas, aumentando o poder global das organizações, fragilizando os governos nacionais, revigorando o potencial da economia local e abrindo espaço para as novas soluções em rede das organizações da sociedade civil (DOWBOR, 2010).

Ainda nesse cenário, há quem afirme que a própria visão das ciências sociais se altera. Por exemplo, a habitual separação entre sociologia e ciência econômica, a qual vigorou até não muito tempo atrás, perde força, sendo que definitivamente essas duas áreas passam a conversar intensamente, confirmando a existência de novos paradigmas, em que é necessário que as duas ciências, conjuntamente, debruçam-se sobre os fenômenos relativos à formação de mercados, ao impacto das normas sociais e institucionais sobre os agentes (econômicos e sociais) e às representações, crenças e valores que propiciam a cooperação ou a competição (MARTES, 2009; SIQUEIRA; VIEIRA; CARMONA, 2013; SIQUEIRA; COSTA; VIEIRA, 2017).

Segundo Granovetter (2009), estabelece-se, então, uma nova sociologia econômica, a qual tem por objetivo explicar fenômenos econômicos (produção, distribuição e consumo de bens e serviços) por meio de referências e modelos sociológicos. Sendo que, para o autor, os estudos de análise de redes sociais, ao buscarem compreender os indivíduos a partir das relações sociais, reforçam a abordagem da sociologia econômica e as críticas à teoria econômica neoclássica que tem como referência de análise a racionalidade e o interesse individual isolado.

Em outras palavras, são tais transformações que juntas modificam o sentido da, já destacada, racionalidade das organizações privadas ou públicas, criando modelos decisórios, alterando o posicionamento estratégico e, conseqüentemente, passando a influenciar as atividades e funções ou, até mesmo, indo além, criando campos de atuação.

Essa nova realidade exige que as organizações modifiquem o padrão para fins de escolhas estratégicas normalmente baseadas na observação endógena e assumam o foco do “pensamento estratégico” como cultura (CARNIER, 2018). Para tanto, necessitam de uma nova dimensão analítica que busque compreender os anseios dos que com ela estão envolvidos, incluindo, a comunidade e a sociedade. É nesse sentido que Porter e Kramer (2006) afirmam que o desempenho social (ou a dimensão social geral) deve estar alinhado para apoiar as estratégias das empresas.

Aceitando o argumento de Porter e Kramer (2006), a ênfase na responsabilidade social corporativa passa, então, a ser um padrão indispensável no processo decisório das organizações. Conhecer os *stakeholders* e participar ativamente das questões locais do interesse deles é um fator imprescindível nesse cenário, principalmente para empresas que causam grande impacto ambiental e social ou mesmo para aquelas que representam uma importante fonte de arrecadação da comunidade (como um município), a qual pode apresentar um grau elevado de dependência em relação à empresa. Se tal linha é verdadeira para as estruturas empresariais, mais fortemente válidas são para as organizações da esfera pública.

É nesse contexto que a rede social se torna tema recursivo, sendo que os cientistas sociais passam a estudar os fluxos e iniciativas que geram os processos de formação de redes. Por exemplo, segundo Martes (2009, p. 22), “Tomar as redes sociais como foco é pressupor que as próprias organizações estejam imersas em outras organizações e redes. Tipos de imersão orientam a formação de interesse e decisões”.

Dito de outra forma, para as empresas ou, até mesmo, para o poder público, a compreensão sobre o envolvimento (ou imersão) com as redes sociais pode gerar múltiplos valores e vantagens estratégicas, mitigando tensões, ampliando a cooperação e identificando tendências. Entretanto, é imprescindível, conhecer as dimensões da realidade do ambiente, possibilitando uma visão mais profunda e diversificada das redes existentes, o que somente será viável pela compreensão da dinâmica das transformações atuais e da complexidade do mercado, bem como das características de uma rede social e o papel dela nesse novo contexto.

AS REDES E O FENÔMENO SOCIAL GLOBAL

É importante reafirmar que as transformações recentes geraram uma série de novas experiências nos domínios da empresa, da vida social e das ações políticas. Em verdade, pode-se aceitar que a citada recente passagem de um sistema organizacional hierarquizado, para um regime de produção baseado em alianças, não só altera as arquiteturas organizacionais como, necessariamente, modifica a regulamentação empresarial, política e social, as quais passam a vivenciar fenômenos inteiramente novos.

Ainda nesse contexto, evidencia-se como tais transformações modificam o sentido de atuação dos atores, anteriormente fundado no “comportamento econômico-racional” e

que, agora, migra para uma situação na qual as regras interiorizadas são definidas com base em comportamentos sociais e não mais em razão economicista.

Com isso em mente, recordamos que, na década de 1970, o cientista político Hélio Jaguaribe publicou o livro “Introdução ao desenvolvimento social” (1979), importante à época, pois, em algum nível, possibilitava um contraponto à emergente corrente da dialética do subdesenvolvimento na América Latina, cujo referencial teórico baseava-se no livro de Paul Baran, “A Economia Política do Desenvolvimento” (1985), publicado originalmente em 1957.

Resumidamente, Jaguaribe (1979) sustenta a própria obra em dois pressupostos centrais. O primeiro, reside na assertiva de que o desenvolvimento é um fenômeno social global, o qual envolve aspectos culturais, sociais e econômicos. Atesta, assim, por consequência, que não há país que possa ser considerado desenvolvido se não for, simultaneamente, em termos culturais, sociais e econômicos. O segundo, é que o desenvolvimento raramente ocorre de forma espontânea, devendo, portanto, ser induzido. Evidentemente, tal indução poderia ser promovida de modo indistinto por aspectos culturais, sociais ou econômicos. Entretanto, é pelo viés econômico que mais facilmente é alcançado (JAGUARIBE, 1979).

Nesse sentido, inúmeras tentativas de induzir o desenvolvimento pelo esforço de coordenação econômica se propagaram no mundo entre as décadas de 1970 e 2000. Entretanto, todas as buscas testadas, por exemplo, a do capitalismo de Estado¹ (escolha brasileira e de diversos países sul-americanos nos anos 70); o ideário do capitalismo organizado² (Japão, na década de 80 e 90); ou mesmo os modelos de cunho neoliberal³, intensificados nos anos 1990 e 2000, sejam pró-mercado ou pró-negócio, que se esmeraram em tentar prover o desenvolvimento por meio de um processo erguido na tese de crescer com distribuição, independente de certos e inegáveis méritos, fracassaram em criar o almejado desenvolvimento social global.

De toda sorte, não resta dúvida de que o atual fenômeno de transformação acabou por estimular a ação de novos atores que se organizaram em instâncias intermediárias de poder, usualmente chamadas de Terceiro Setor, ou por intermédio de redes sociais de diversas naturezas, ou, ainda, por movimentos políticos não tradicionais, sendo claro que tal fato, como toda ocorrência social, não se constituiu de forma linear, ou seja, não se estabeleceu nos mesmos ritmos e velocidades e, de algum modo, nem tão pouco expressaram uma mesma tendência de ação, comportamento ou poder de mediação.

Seja como for, em meio às transformações pelas quais passamos, as redes sociais inegavelmente assumem um novo papel no desenvolvimento como fenômeno social glo-

¹ O Estado é o mais importante ator da economia, a ponto de influenciar os resultados econômicos do país, não só direcionando a iniciativa privada, mas atuando como produtor de bens e serviços, normalmente, por via de empresas estatais. Segundo Octavio Ianni (1981), a ingerência do setor público assume nuances de “privatização do Estado”.

² A expressão entende uma situação econômica de cooperação entre a instância estatal e a iniciativa privada, por meio da criação de mecanismos reguladores que possibilitem um crescimento econômico continuado e a diminuição das crises inerentes ao próprio capitalismo (BURLAMAQUI, 1993).

³ O neoliberalismo (em suas diversas variantes) baseia-se na ideia de mercado autorregulado e tornou-se o paradigma econômico dominante nos anos de 1990, como reação ao colapso do padrão de acumulação pós Segunda Guerra Mundial (PRADO, 2009).

bal. Não por outro motivo, nos anos recentes, diversos estudiosos têm se debruçado sob a análise e interpretação dessas redes sociais devido à relevância delas frente ao esgarçamento das tradicionais relações sociais de produção, o qual, acelerado pela globalização e pelos avanços na tecnologia da informação, atua como vetor que impacta o ambiente organizacional, social e político, exigindo o desenvolvimento de novas habilidades e a busca permanente de novas bases de cooperação.

Apesar disso, o preceito básico de que o desenvolvimento é um fenômeno social global não deixa de se manter presente, contudo, o seu elemento indutor parece estar migrando dos aspectos econômicos para os sociais e políticos.

AS REDES E A IMERSÃO

Foi Pareto (1996) que definiu a chamada Eficiência Geral (conhecida como Ótimo de Pareto), afirmando que a situação econômica será ótima quando não for mais possível melhorar a situação de um agente sem degradar a situação de qualquer outro. Como se percebe, o “ótimo” proposto é, em verdade, um jogo de soma zero, ou seja, um jogador só obtém ganho com o prejuízo de outro, sendo que curiosamente não ganhar é não provocar perda.

Contudo, no artigo “Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão”, Mark Granovetter (2009) alerta que:

Grande parte da tradição utilitarista, inclusive a economia clássica e a neoclássica, presume um comportamento racional e de interesse pessoal minimamente afetado pelas relações sociais, invocando, assim, um estado idealizado. [...] No outro extremo, reside o que chamo de proposta da imersão (embeddedness): o argumento de que os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido (GRANOVETTER, 2009, p. 33).

O autor atesta que as instituições influenciam na vida social, criando costumes e hábitos nos atores que estabelecem um sistema de normas que será seguido independente de critérios precípuos de escolhas de comportamento racional. Indo além, Granovetter (2009, p. 37) afirma que “[...] o fato de as regras interiorizadas de comportamento serem sociais em sua origem não diferencia decisivamente esse argumento da posição utilitarista [...]”.

Dessa forma, as relações interiorizadas, as quais agora podem ser tratadas definitivamente como imersões, não alteram o sentido de racionalidade individual, mas lhe dão senso de conduta social ou, se preferível, socializada, em que a ação humana é afetada pelas relações sociais nas quais o ator está imerso sem, contudo, retirar o caráter atomizado das decisões ou ações, mesmo quando tais ações envolvem grupos (maiores ou menores) de indivíduos.

Nesse sentido, o argumento da imersão, mesmo quando cria dispositivos institucionais de representatividade, não altera o papel das relações interpessoais concretas, o que estabelecerá as estruturas das redes. Por isso, existirá sempre certa e inegável dualidade na atuação das redes sociais, pois, em certos momentos, elas atuarão de maneira utilitarista na busca de resultados ou vantagens decorrentes de interesses próprios. Em outros – e di-

cotomicamente –, agirão na busca de interesses estritamente coletivos, estabelecidos por valores ou necessidades acordados pelos respectivos integrantes.

As redes, então, atuam (com maior ou menor intensidade) em todas as dimensões do conceito de desenvolvimento como um fenômeno social global e não há como descartar a importância do seu papel para o desenvolvimento social, pois:

De uma perspectiva sistêmica, o conceito de rede tende a aparecer como chave cognitiva privilegiada para compreender mudanças de grande magnitude que vêm ocorrendo nas esferas política e econômica da sociedade. Na esfera econômica, a rede parece constituir uma resposta aos desafios colocados às empresas. [...] Na esfera política, a rede parece constituir uma resposta [...] à erosão da soberania do Estado contemporâneo. [...] Por sua vez, da perspectiva dos movimentos sociais, a rede tende a aparecer como uma ferramenta capaz de construir novas formas de agregação, de interesses e reivindicação de demandas [...] destinadas, prioritariamente, a auxiliar na construção de uma sociedade solidária (MINHOTO; MARTINS, 2001, p. 89-90).

Para alguns autores, há o reconhecimento de que nenhuma organização se complementa em si mesma (independentemente de a natureza ser pública ou privada), criando uma condição de ações articuladas na busca de complementaridade. Transportando tal premissa para outras esferas das relações sociais, inclusive para aquelas típicas de mercado, confirma-se e explica-se o porquê dos resultados das transformações correntes no mundo empresarial e o porquê de, gradualmente, as alianças, em forma de redes de colaboração, passarem a ter mais relevância do que as hierarquias tradicionais. Segundo Minhoto e Martins (2001):

[...] a troca constitui a estrutura, a trama, o tecido da rede. De um lado essa arquitetura se expressa por um banco de oferta de recursos e competências disponibilizados formal ou informalmente por instituições, organizações ou pessoas; de outro, ela se expressa por um banco de demandas sociais e dos propósitos componentes da rede (MINHOTO; MARTINS, 2001, p. 87).

Assim, pode-se considerar que a expansão de alianças estratégicas, como um tipo de rede, estende-se a uma gama de laços ou de conexões sociais, tecnológicas, políticas e culturais, sendo que, de toda forma, as alianças tendem a estar menos centradas na estrutura de interação entre os atores que delas participam e mais no conteúdo ou vantagem absoluta obtidos nessas interações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o conceito de imersão, evidencia-se que as alianças serão fortemente influenciadas pelo contexto social em que se estabelecerem. Entretanto, tal situação presume a necessidade de desenvolvimento de um sistema de governança nada trivial da rede, sendo fundamental que se pactue a confiança e o comprometimento dos integrantes, assim como estruturas que minimizem a possibilidade de comportamento oportunista ou de racionalidade utilitarista, dado que, de acordo com Lopes e Baldi (2009):

As redes, como outras formas estruturais, resultam de pressões ambientais e da ação humana, elas podem ser formas de transformação da realidade organizacional e social – deslocando o poder do centro para a periferia e recolocando a

dimensão política como dimensão central – e também formas de reproduzir a ordem estabelecida, dando ares de modernidade, de flexibilidade, de eficiência, de justificação técnica para interesses de grupos nas disputas de poder (LOPES; BALDI, 2009, p. 1029).

Entretanto, as redes são uma alternativa para implementar políticas, projetos e implicações complexas que envolvam multiplicidade de atores interessados, sejam da esfera pública ou privada, estejam territorialmente no local ou afastados, demandem benefícios econômicos ou apenas participações cidadãs.

Conclui-se, dado o exposto, que as redes são instâncias de inserção autônoma dos atores envolvidos, as quais podem cumprir a missão de superar ou de suprir a inexistência do aparato regulatório ou de intervenção, construindo vínculos e compromissos coletivos, dos quais a dimensão econômica fará parte, mas que, acima de tudo, estará de fato e essencialmente subordinada à dimensão ética, cultural e política.

REFERÊNCIAS

- BARAN, P. A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- BARNES, J. **Social Networks**. Module 26, Cambridge. 1972.
- BITTENCOURT, J. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais do Museu Paulista**. v. 8-9 n. 1, p. 151-326, 2001.
- BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. **Elementos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1991.
- BURLAMAQUI, L. Reestruturação Capitalista e Capitalismo Organizado. **Revista Ange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia**. v. 5, p. 9-32. 1993.
- CARNIER, L. **Do Planejamento ao Pensamento Estratégico: visão e ação em cenários turbulentos**. 2018. Disponível em: <http://epnpos.blogspot.com/2018/06/do-planejamento-ao-pensamento.html>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DOWBOR, L. **Democracia Econômica: um passeio pelas teorias**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- FERREIRA, T.; VITORINO F. V. Teoria de Redes: uma abordagem social. **Revista Conteúdo**. v. 1, n. 3, jan./jul., p. 1-19, 2010.
- FLEURY, S.; OUVENERY, A. **Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- FLEURY, S. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. **Administração em Diálogo**. n. 7, p. 77-89, 2005.
- FREEMAN, L. C. **The Development of Social Network Analysis: A Study in the Sociology of Science**. Vancouver: Empirical, 2004.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: O problema da imersão. In: MARTES, A. C. (org.). **Redes e Sociologia Econômica**. EdUFSCar, São Carlos. 2009.

IANNI, O. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JAGUARIBE, H. **Introdução ao desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISHER, T. (org.). **Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOPES, F.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. 43(5), set./out., p. 1007-1035, 2009.

MIGUELETTO, D. Organizações em rede. **Dissertação de mestrado**. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE - Fundação Getúlio Vargas). Rio de Janeiro. 2001.

MARTELETO, R. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferências de informação. **Ci. Inf.** v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARTES, A. C. (org.). **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

MINHOTO, L.; MARTINS, C. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos FUNDAP**, n. 22, p. 89-90, 2001.

PARETO, V. **Manual da Economia Política**, Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

PORTER, M.; KRAMER, M. Estratégia e sociedade: o elo entre a vantagem competitiva e a responsabilidade social empresarial. **Harvard Business Review**. v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006.

PRADO, A. **Neoliberalismo e Desenvolvimento**. A desconexão trágica. São Paulo: LTr, 2009.

PUCPR. **Orientações sobre a produção do ensaio científico**. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/concordocompapa/_documents/papa/Orientacoes_sobre_a_producao_do_ensaio.pdf. Acesso em: 26 mar. 2019.

SIQUEIRA, D. M.; COSTA, B. K.; VIEIRA, A. M. Redes de Poder em Empreendimentos Solidários de Reciclagem. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 15, n. 2, p. 130-151, 2017.

SIQUEIRA, D. M.; VIEIRA, A. M.; CARMONA, V. C. Rede de confiança e amizade: relações de trabalho em uma cooperativa. **Revista CESUMAR**, v. 18, p. 299-318, 2013.

USP. **Sobre ensaios acadêmicos**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/acessar/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Submetido em: 23-4-2019

Aceito: 8-10-2022